

A EPPO
A GAFI

1.

Em Portugal acaba de rebentar uma crise política por se ter tornado público que o **actual Primeiro Ministro, Dr. Luís Montenegro, desde que assumiu funções governamentais - que, segundo a lei, devem ser exercidas em regime de exclusividade - estava a ser remunerado por diversas empresas**, através de avenças pagas a uma sua empresa familiar, a **Spinumviva**, que constituiu em 2021.

<https://cnnportugal.iol.pt/spinumviva/empresa-da-familia-de-montenegro/explicador-tudo-o-que-se-sabe-sobre-a-polemica-em-torno-da-empresa-familiar-de-montenegro/20250228/67c20a31d34e3f0bae9b16fc>

2.

Apesar de repetidamente instado pelos media e partidos políticos da oposição a esclarecer diversas questões sobre o seu universo empresarial, **o PM optou por não responder, designadamente não indicou todos os clientes da sua empresa, quais os serviços prestados e as remunerações obtidas.**

<https://visao.pt/atualidade/politica/2025-03-06-as-perguntas-que-montenegro-deixa-sem-resposta/>

3.

Mas está confirmado que algumas dessas empresas que foram, ou são, clientes da **Spinumviva**, pertencem ao universo empresarial dos **Casinos Solverde**, sendo a sua casa-mãe o **Grupo Violas, SGPS**. A sociedade **Solverde** explora a concessão pelo Estado de diversos casinos e detém também uma rede hoteleira.

<https://www.solveverde.pt/casino>

4.

Assinale-se que o **Dr. Luís Montenegro foi deputado no parlamento nacional desde 2002 a 2018**, tendo mesmo chefiado a bancada do PSD. Quando deixou a Assembleia da República em 2018, o Dr. Luis Montenegro trabalhou num escritório de advogados, que fundara, e passou a ter contratos com diversas empresas e algumas câmaras municipais, obtidos por ajuste directo, designadamente com as Câmaras de Espinho e Vagos. Há investigações judiciais por corrupção nessas autarquias em curso - Operação Vortex.

<https://www.publico.pt/2023/01/11/politica/noticia/montenegro-fez-10-contratos-ajuste-directo-camaras-espinho-vagos-2034584>

5.

Antes de ser Primeiro Ministro, o **Dr. Luís Montenegro serviu como advogado dos casinos Solverde, negociando com o Estado a extensão da concessão**. Nessa qualidade **patrocinou uma acção judicial contra o Estado** para lhe exigir milhões de euros como indemnização por perdas durante a pandemia, a abater na contrapartida devida ao Estado pela concessão.

<https://executivedigest.sapo.pt/noticias/montenegro-foi-advogado-da-solverde-em-negociacoes-com-o-estado-sobre-concessoes-de-casinos/>

6.

Estranhamente, a referida decisão do Ministro da Economia, Dr. Pedro Siza Vieira, por acordo assinado em 10 de Março de 2022, reconheceu à **Solverde** o direito a **43 milhões de euros de indemnização, por alegadas perdas devido à COVID**. Apesar de o governo não ter, evidentemente, nenhuma culpa da pandemia.

<https://www.stadministrativo.pt/ficheiros/2025/01/Acordao-proc.-n.o-124-2.9BALS.B.pdf>

7.

Esse reconhecimento resultou de uma negociação com o Ministro da Economia em nome da **Solverde**, em troca da **desistência da acção interposta pelo advogado Luis Montenegro contra o Estado**.

Vd. Acórdão STA acima.

8.

O acordo alcançado entre as duas partes dispensou o Estado de pagar os reclamados 43 milhões de euros, e em contrapartida **concedeu à Solverde a renovação, sem concurso internacional e sem custos adicionais, da concessão do jogo até Dezembro de 2025**.

Vd. Acórdão STA acima.

9.

E tal acordo também concedeu à **Solverde isenção total dos impostos sobre as receitas dos jogos nos anos de 2020 e 2021**. No valor, pelo menos, de **10 milhões de euros** - tomando por referência a média das contrapartidas do jogo pagas nos anos de quebra de receitas, atribuída a crise financeira internacional: 15,5 milhões de euros nos 3 anos 2010, 2011, 2012.

Vd. Acórdão STA acima.

10.

Ou seja, a **Solverde pagou zero de impostos nos 2 anos da COVID**.

Graças à negociação com o Estado conduzida pelo advogado e ex-deputado Luís Montenegro.

11.

Embora nesses dois anos todos os portugueses tenham tido de pagar os seus impostos normalmente.

12.

Os próprios **trabalhadores dos casinos, incluindo da Solverde, pediram isenção de impostos** sobre as gratificações recebidas, que compõem cerca de metade dos seus baixos salários. Mas o Estado não acedeu. **Só as**

concessionárias dos casinos obtiveram isenções fiscais! A **Solverde** obteve-as, além do benefício da extensão gratuita, e sem concurso, da concessão de jogos até ao final de 2025.

<https://expresso.pt/sociedade/2021-05-15-Trabalhadores-de-casinos-ainda-se-m-solucao-do-Estado-para-a-perda-de-70-do-rendimento-indignam-se-com-o-perdao-fiscal-as-concessionarias-def1bc18>

13.

A **Solverde** obteve ainda uma **outra especial vantagem** nesse acordo que o advogado Luis Montenegro logrou negociar com o Estado - a **Solverde** já antes estava em tribunal administrativo a pedir ao Estado **15, 5 milhões de euros em devolução da contrapartida paga, por alegadas perdas na crise financeira internacional de 2008/9**. Outra crise pela qual o Estado não pode ser responsabilizado.

<https://observador.pt/2025/01/10/supremo-administrativo-anula-pagamento-de-15-milhoes-de-euros-do-estado-aos-casinos-do-algarve/>

14.

A **Solverde** pediu ao Estado **indenizações por duas crises em que o Estado não pode ser responsabilizado**. Crises em que tantos cidadãos portugueses perderam empregos e rendimentos, incluindo em cortes de salários e pensões. Mas o negócio dos casinos não podia perder...

15.

E não perdeu: no âmbito do mesmo acordo com o Ministro da Economia, **foi enviada para tribunal arbitral privado a disputa sobre os 15,5 milhões que a Solverde tinha iniciado em tribunal administrativo**. Inacreditavelmente! ou talvez não, sabendo-se que o então Ministro da Economia, Dr. Pedro Siza Vieira, é também advogado de profissão e um dos patronos do negócio da arbitragem privada, em que o Estado é frequentemente demandado e...condenado. Foi Presidente da Associação Portuguesa de Arbitragem até entrar para o governo, em 2017, como Ministro Adjunto e da Economia.

<https://pt.linkedin.com/pulse/novos-%C3%B3rg%C3%A3os-sociais-da-apa-apa-associa%C3%A7%C3%A3o-portuguesa-de-arbitragem>

16.

O referido tribunal arbitral, privado e opaco, condenou em Julho de 2024, o Estado a **devolver à Solverde os 15,5 milhões de impostos** referentes aos anos 2010, 2011 e 2012, que se seguiram à crise financeira internacional.

Vd. Acórdão do STA acima.

17.

Não foi, até hoje, publicada a respectiva sentença arbitral. Não se sabe quem foram os árbitros que decidiram a favor da **Solverde**, nem quem foram os advogados defensores do Estado e da **Solverde** na dita arbitragem. A opacidade é total.

18.

Só se sabe alguma coisa dessa decisão arbitral porque o **STA - Supremo Tribunal Administrativo - por Acórdão de 9 de Janeiro de 2025**, viria a anular a pretensão da **Solverde** de ter devolvidos os 15,5 milhões de euros que pagara em impostos pelos anos de 2010, 2011 e 2012.

Vd. Acórdão STA acima.

19.

Recentemente, na discussão na Assembleia da República de uma moção de censura em 21 de Fevereiro, o **PM Luís Montenegro não admitiu que a sua empresa Spinumviva recebia uma avença da Solverde (o que viria a ser exposto dias depois pelo jornal Expresso)**, mas admitiu ser *“amigo pessoal dos accionistas dessa empresa”* e assegurou: *“Estarei sempre inibido, impondo-me a mim mesmo todas as restrições”, “Inibição total de intervir em qualquer decisão que impacte directamente essa empresa em particular”,* como faria com todas as empresas a que estivesse ligado *“por relações de amizade” ou “profissionais”*.

<https://www.publico.pt/2025/03/01/politica/noticia/montenegro-grupo-solverde-debate-mocao-censura-2124293>

20.

O gabinete do Primeiro Ministro, seguidamente, garantiu à imprensa que **“o primeiro-ministro pedirá escusa de intervenção em todos os processos em que ocorra conflito de interesses”**.

<https://www.publico.pt/2025/03/01/politica/noticia/montenegro-grupo-solverde-debate-mocao-censura-2124293>

21.

O PM Luis Montenegro veio entretanto alegar na Assembleia da República, no passado dia 5 de Março, como demonstrativo da sua independência da **Solverde**, que foi por sua decisão que o Estado recorreu da sentença arbitral para o STA, que a reverteu. Segundo o PM, a **Solverde** perdeu assim 18 milhões de euros: *“Portanto, quero dizer-vos aqui, e aos portugueses, que há 18 milhões de euros de razões para acreditar que o primeiro-ministro de Portugal não se deixa influenciar por nenhum interesse”*.

Ou seja, **neste caso, assumidamente, o Dr. Luís Montenegro não pediu escusa das suas responsabilidades como Primeiro Ministro.**

<https://www.tsf.pt/1512010078/ha-18-milhoes-de-euros-de-razoas-para-acreditar-que-o-prim-eiro-ministro-nao-se-deixa-influenciar-por-nenhum-interesse/>

22.

Mas, de qualquer modo, **sabemos, graças ao Acórdão do STA, que tudo se saldou por uma manobra de extorsão ao Estado**, que é quem atribui o negócio do jogo à **Solverde**.

Vd. Acórdão do STA acima.

23.

Quando foi eleito para líder do PSD, em 2021, **Luís Montenegro deixou de poder ser advogado da Solverde, mas tratou de passar a receber mais dela através da empresa**

Spinumviva que criara em 2021, e cuja quota passou então para a mulher e filhos - num negócio que é nulo, um “negócio consigo próprio”, indigno de um razoável advogado...por ser casado em regime de comunhão de adquiridos.

<https://executivedigest.sapo.pt/noticias/afinal-montenegro-ainda-e-dono-da-empresa-polemica-codigo-civil-nao-permite-venda-de-quota-entre-casados-e-negocio-com-a-mulher-e-nulo/>

24.

E nas Declarações de Interesses que o Dr. Luís Montenegro teve de fazer quando assumiu os cargo de Presidente do PSD e depois de Primeiro Ministro, **ocultou que detinha a Spinumviva, e depois ocultou que recebia remunerações da Solverde e de outras empresas**. Usou a sua empresa **Spinumviva** para funcionar como biombo, para encobrir que recebia dos casinos **Solverde** e de outras empresas.

<https://www.dn.pt/pol%C3%ADtica/governo-n%C3%A3o-cumpriu-obriga%C3%A7%C3%A3o-legal-de-publica%C3%A7%C3%A3o-de-registo-de-interesses>

<https://www.dn.pt/pol%C3%ADtica/spinumviva-ausente-da-primeira-declara%C3%A7%C3%A3o-de-montenegro-entregue-no-constitucional-quando-era-l%C3%ADder-do-psd>

25.

O caso começou por ser desvendado pelo jornal **Correio da Manhã** que, em 15 de Fevereiro de 2025, informou que o PM detinha a empresa **Spinumviva**, sediada na morada de família do PM em Espinho, e que ela tinha como número de contacto o telefone pessoal do Primeiro Ministro.

<https://www.cmjornal.pt/politica/detalhe/luis-montenegro-radiografia-de-um-caso-revelado-pe-lo-cm>

26.

Assinale-se que **Portugal deixou de ter um sistema de declaração de interesses acessível a consulta de jornalistas e outros cidadãos. A Entidade da Transparência, criada em 2019, não funciona**: não faz o cruzamento de bases de dados e não facilita sequer acesso a declarações de interesses de políticos. **Vários pedidos de jornalistas para consultarem a declaração de interesses e de património feita pelo PM não foram até hoje satisfeitos**.

<https://executivedigest.sapo.pt/noticias/governo-violou-lei-e-nao-publicou-registo-de-interesses-a-que-esta-obrigado/>

<https://www.publico.pt/2025/03/04/politica/noticia/entidade-transparencia-nao-competencia-s-ozinha-auditoria-pedida-montenegro-2124677>

27.

Apesar de tudo, a imprensa fez o seu trabalho, investigou e no dia 27 de Fevereiro o semanário **Expresso** confrontou o país com a informação, confirmada pela **Solverde**, de que o PM estava a receber, através da sua empresa familiar **Spinumviva**, **4.500 euros por mês de avença da Solverde** e mais outro tanto de outras empresas, algumas ligadas à **Solverde**.

<https://expresso.pt/politica/governo/2025-02-27-solverde-paga-4500-por-mes-a-empresa-familiar-de-luis-montenegro-17e2205b>

28.

A imprensa apurou também que **a empresa do PM ganha pelo menos 9000 euros por mês de avenças, desde que o PM passou a líder do PSD**. E continuou no exercício de funções como PM. E ainda não estão identificadas todas as avenças, algumas das empresas recusando-se a revelar quanto pagam à empresa do PM, como é o caso da **Rádio Popular**.

<https://www.jn.pt/3655684525/quem-sao-e-o-que-fazem-as-cinco-empresas-do-norte-com-ligacoes-a-spinumviva/>

<https://expresso.pt/politica/crise/2025-03-01-spinumviva-so-tem-clientes-que-montenegro-anunciou-empresa-acumula-pelo-menos-9-mil-euros-de-avencas-mensais-2c1cfd22>

<https://expresso.pt/politica/crise/2025-03-06-radio-popular-recusa-revelar-avenca-que-paga-a-spinumviva-6dbbf45>

29.

Confrontado com essa informação sobre pagamentos mensais feitos à sua empresa num debate parlamentar sobre uma moção de censura no dia 5 de Março, o PM não negou aquelas informações mas continuou a recusar fornecer mais informações pedidas por jornalistas e partidos políticos. Argumentou que ia passar a **Spinumviva** para os seus filhos de 19 e 23 anos (o que concretizou entretanto), **assim concedendo que a empresa continuava a ser sua**.

<https://expresso.pt/politica/crise/2025-03-05-montenegro-assina-com-a-mulher-a-credencia-d-e-quotas-aos-filhos-e-poe-no-contrato-ressalva-para-evitar-eventual-ilegalidade-cceacaa4>

30.

Logo de seguida, a empresa **Solverde** anunciou que cancelara o contrato com a **Spinumviva**.

<https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/detalhe/grupo-solverde-anuncia-fim-do-contrato-com-spinumviva>

31.

Entretanto a imprensa vem **questionando o PM como pagou por 2 apartamentos, comprados a pronto em Lisboa, e sobre quanto paga, ou quem paga, o hotel em que está instalado em Lisboa**, enquanto se fazem obras nas casas adquiridas, sem recorrer à residência oficial do PM. Todas estas são questões a que o PM entendeu não responder, até agora afirmando que só responderia “*a quem fosse mais transparente*” do que ele.

<https://cnnportugal.iol.pt/luis-montenegro/primeiro-ministro/familia-de-montenegro-compra-dois-apartamentos-em-lisboa-sem-recurso-a-credito-bancario/20250301/67c2e07ed34ef72ee442e8d3>

<https://cnnportugal.iol.pt/luis-montenegro/hotel/montenegro-vive-em-hotel-de-lisboa-enquanto-espera-por-obras-na-casa-que-comprou/20250304/67c75bd8d34ef72ee443085f>

32.

Na AR, o PM reconheceu que o ligava à **Solverde** uma **velha amizade com a família accionista da Solverde**. Na imprensa apareceram **fotografias de Luís Montenegro e Manuel Violas, já no contexto desta crise, logo após a primeira moção de censura discutida na Assembleia da República, a jogar golfe no dia 23 de Fevereiro de 2025** - dia em que o PM deveria partir para Varsóvia e Kyiv, para participar na cimeira de solidariedade com a Ucrânia, no terceiro aniversário da invasão russa. Cimeira onde não foi representar Portugal.

<https://observador.pt/2025/03/04/luis-montenegro-jogou-no-mesmo-torneio-que-dono-da-sol-verde-dois-dias-apos-a-mocao-de-censura/>

33.

No debate público esgrimem-se alegações de **potenciais conflitos de interesses do PM com as empresas que pagam avenças à Spinumviva**, tanto mais que o **Governo vai ter de decidir ainda este ano se volta a dar, ou não, a concessão do jogo à Solverde, em concurso publico internacional.**

<https://eco.sapo.pt/2025/02/28/quem-atribui-as-concessoes-aos-casinos-e-como/>

34.

O PM indicou que “pediria escusa” e não interviria em qualquer decisão respeitante a **Solverde. Mas não é admissível que um PM “peça escusa” de qualquer decisão tomada pelo governo que chefia.** E não se conhece que, até publicamente reconhecer a sua especial ligação de amizade e de negócios com a família dona da **Solverde**, até hoje o PM tenha declarado qualquer escusa de intervir em decisões que afectem, de algum modo, as empresas a que tenha estado ligado, designadamente através da **Spinumviva**.

35.

E a verdade é que a transparência e as exigências éticas e de independência do PM face aos interesses da **Solverde** e de quaisquer outras empresas a que tenha estado ligado profissionalmente, como advogado ou empresário, **não podem ser escrutinadas, se o PM não declara quais são essas empresas/grupos económicos. E até hoje não os declarou.**

36.

Até hoje o PM só voluntariou a informação de que tinha prestado serviços, através da **Spinumviva**, à empresa de média COFINA - editora do primeiro jornal que o questionou, o **Correio da Manhã**.

<https://visao.pt/atualidade/politica/2025-02-17-montenegro-prestou-servico-a-dona-do-correio-da-manha-mas-nao-revela-detalhes/>

37.

A **Spinumviva**, por comunicado de 28 de Fevereiro de 2025, **só voluntariou informação sobre quatro outras empresas com avenças regulares**, além da **Solverde**. Nada disse sobre **as empresas a quem prestou serviços ocasionalmente.**

<https://expresso.pt/politica/governo/2025-02-28-spinumviva-revela-lista-de-colaboradores-e-de-clientes-montenegro-fez-parte-dos-orgaos-sociais-de-duas-das-empresas-1a965e9f>

38.

A duradoura e promíscua relação do PM com a **Solverde e a família accionista da Solverde** indicia **conflitos de interesses e mecanismos de influências** que podem **afectar os interesse do Estado português e podem afectar os interesses financeiros da União Europeia.**

39.

Essa relação levanta tantas mais apreensões quanto a **Solverde é um grupo económico cujo negócio depende da concessão de licença de jogo pelo Estado.** E é um grupo

empresarial pertencente a um dos sectores de actividades mais **vulnerável a ser infiltrado, e usado, pela criminalidade organizada** para branquear capitais, financiar o terrorismo e organizar a fuga ao fisco.

40.

Acresce que as **suspeitas de tráfico de influência** se adensam, quando se fica a saber que o PM nomeou como **Secretário de Estado da Economia o Dr. João Rui Ferreira, que está ligado por laços familiares à família Violas**, que detém a **Solverde**.

<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc24/area-de-governo/economia/secretarios-de-estado?i=economia>

41.

Trata-se de um **membro do governo que está integrado na equipa ministerial que tem a responsabilidade de organizar o concurso internacional para a concessão do jogo.**

E que tem a **tutela do órgão de supervisão anti-branqueamento de capitais** sobre os casinos e jogos, o **SRIJ - Serviço de Regulação e Inspeção de Jogos**.

<https://www.srij.turismodeportugal.pt/pt/sobre-o-srij/quem-somos>

42.

Mesmo que o Governo não tivesse que decidir ainda este ano sobre o contrato da concessão do jogo, a **verdade é que o país passou a estar sob suspeita de ter um PM, e um governo, capturados por um grupo económico do sector dos casinos**, um um sector que, além do mais, ganha dinheiro à custa de arruinar a vida de tanta gente, que se torna dependente e viciada no jogo.

43.

Acresce que **Portugal não tem uma estrutura capaz, robusta, qualificada e independente para fazer a supervisão contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo** no sector de tão alto risco como são os **casinos e o o jogo online**.

44.

O **SRIJ - Serviço de Regulação e Inspeção de Jogos (SRIJ)** diz que detém autonomia técnica e funcional e poderes de autoridade pública. Mas está Integrado no Instituto do Turismo de Portugal e sujeito à tutela do Ministro da Economia.

45.

O SRIJ diz que é responsável por garantir o regular funcionamento da prática e exploração de jogos de fortuna ou azar de base territorial e de jogos e apostas online, assegurando que são cumpridas todas as normas legais em vigor. **Mas não é possível fazer supervisão e investigação a sério estando na dependência do Governo e do próprio Ministério que decide da atribuição das concessões de jogo.**

46.

Acresce que os casinos **Solverde têm também a concessão do Estado para operar jogos on line. Actividade ainda mais alarmantemente vulnerável** a utilização por redes criminosas para branquear capitais e os reinvestir em negócios lícitos. Acresce que a **Solverde aceita pagamentos em criptomoedas, que ninguém controla nem regula em Portugal**, e que serve as mil maravilhas para máfias russas e de outras cleptocracias lavarem dinheiro.

Vd. Relatório e Contas da Solverde 2022 em anexo.

47.

Faz-se notar que a actividade do **jogo on-line ainda é mais perfunctoriamente regulada e controlada pelo supervisor SRIJ do que as salas de casino localizadas** em diferentes pontos do país. Onde há, teoricamente, equipas de supervisão do SRIJ, embora os trabalhadores dos casinos tenham já reportado a sua ineficácia as autoridades. **Mas no jogo online os mecanismos de supervisão são absolutamente desconhecidos, nem se sabe como o Estado afere sequer o montante das receitas obtidas** para poder calcular a contrapartida devida pela concessão.

48.

Acresce que os casinos **Solverde** actuam como partes de um conglomerado, o **Grupo Violas, SGPS**, que tem na base uma empresa industrial, a **COTESI**, e outras empresas em diversos outros ramos de actividades. Algumas dessas empresas também pagam, ou pagaram, avenças à **Spinumviva** - caso do colégio **CLIP - Colégio Luso Internacional do Porto** e da distribuidora farmacêutica **Lopes Barata, Consultadoria e Gestão Lda / SOFARMA**, que está ligada a Solverde por relações familiares de um seu administrador.

<https://www.violas.pt/>

<https://www.cotesi.com/pt>

<https://www.clip.pt/en/>. <https://www.racius.com/lopes-barata-consultoria-e-gestao-lda/>
https://www.einforma.pt/servlet/app/portal/ENTP/prod/ETIQUETA_EMPRESA_MARCA/nif/510463894/marca/SOFARMA/.

49.

Além da **Solverde**, há outras empresas que pagam avenças à **Spinumviva**, segundo reportado pela imprensa. Algumas dessas empresas recusaram revelar quanto lhe pagam.

<https://www.paginaum.pt/2025/02/28/clientes-da-familia-montenegro-tiveram-lucros-anuais-d-e-mais-de-110-milhoes-de-euros>

<https://expresso.pt/politica/crise/2025-03-06-radio-popular-recusa-revelar-avenca-que-paga-a-spinumviva-6dbb45>

50.

A imprensa revelou entretanto que uma das ocasionais clientes da empresa do PM **Spinumviva** lhe pagou 194.000 € mais IVA, em 2022, por dois anos de trabalho. Trata-se da **JBR&F, uma gasolineira** do pai de um vereador e actual candidato do PSD à Câmara de Braga. Um empresário também sogro da jurista especializada em “proteção de dados” que prestava serviços à ...**Spinumviva**. A quantia paga à empresa do Primeiro Ministro correspondeu a 42.49% dos pagamentos por fornecimentos de serviços terceiros, sendo que a JBR&F apresentou nesse ano um resultado líquido de apenas 31.000 euros. No entanto, a gasolineira JBR&F indicou à RTP que o empresário Luís Montenegro lhe prestou um “*extraordinário acompanhamento*”, “*que culminou com a celebração de contratos que*

garantiram um volume de negócios com encaixe de alguns milhões de euros” para a empresa. Não está esclarecido que contratos de milhões terão sido esses e como foi por eles tributada a JBR&F...

<https://observador.pt/especiais/gasolineira-de-pai-de-candidato-do-psd-a-braga-pagou-mais-de-194-mil-euros-a-empresa-de-montenegro/>

https://www.rtp.pt/noticias/politica/empresa-do-pai-do-candidato-do-psd-a-braga-e-cliente-da-spinumviva_v1639287

51.

Acresce que nos **Pandora Papers**, em 2021, os donos da **Solverde, Manuel Violas e a sua irmã Rita Violas** foram identificados como os beneficiários efectivos da empresa **Marplex**, sediada nas BVI. Manuel e a sua irmã Rita são, assinala-se, segundo a Forbes em 2024, a 14a. fortuna em Portugal, estimada em quase mil milhões de euros.

<https://expresso.pt/economia/2021-12-07-Pandora-Papers-lider-do-grupo-de-casinos-Solverde-com-offshore-nas-Ilhas-Virgens-Britanicas-ef86129c>

<https://www.forbespt.com/50-milionarios-os-negocios-dos-irmaos-manuel-e-rita-violas/>

52.

Questionado pela imprensa sobre as razões de deter aquela empresa **offshore**, **Manuel Violas nunca forneceu explicações.**

<https://expresso.pt/economia/empresas/2025-03-05-em-nome-do-pai-quem-e-manuel-violas-amigo-de-montenegro-e-dono-dos-casinos-solverde-que-herdou-e-multiplicou-os-negocios-da-familia-c218d03c>

53.

Nem parece que as **autoridades nacionais com competências específicas no combate ao branqueamento de capitais e fuga ao fisco - UIF, PJ, PGR, AT, SRIJ, entre outras, alguma vez tenham feito caso desta significativa revelação dos Pandora Papers** relativamente ao principal administrador e detentor dos casinos **Solverde**.

54.

O facto da **família Violas ter uma offshore**, revelado pelos **Pandora Papers**, **não afectou, aparentemente, a idoneidade dos seus beneficiários efectivos** de deterem **entidades obrigadas (casinos)**, por força da lei na prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo - BCTF, **cuja verificação, imposta pela 5a Directiva Europeia de combate ao BCFT, caberia ao SRIJ**. Não afectou, tampouco, a capacidade das empresas do Grupo Violas terem **acesso até a fundos comunitários. Nenhuma entidade bancária ou autoridade governamental nacional o teve em conta.**

55.

Com efeito, uma superficial busca pela internet permite detectar que quer a empresa de casinos **Solverde**, quer outras empresas do seu universo, **não tiveram problemas em obter financiamentos europeus:**

56.

Segundo relatório de subvenções COVID 19 do **Banco Português de Fomento** de 2022, na pag 17 indica-se que a **Solverde** recebeu um **financiamento de € 228.000, com recurso a fundos europeus, através de uma linha especial de apoio a empresas (COVID-19).**

https://www.bpfomento.pt/fotos/documentos/documento_divulgacao_bpf_subvencoes_publicas_2022_2420429846419db970cda8.pdf

57.

A Solverde inscreve o recebimento dessa verba no seu **Relatório e Contas de 2022, mas não indica a origem desse recebimento.**

<https://media.gruposolverde.pt/2023/06/RC-SOLVERDE-2022-16.05.2023.pdf>

58.

Ou seja, a 10 de Março de 2022, o **Governo calculou em € 43,345 milhões alegadas “perdas covid”** reclamadas pela **Solverde** devido à pandemia (anos de 2020 e 2021). E por isso, o Estado atribuiu à **Solverde** diversas compensações: 1. Isenção total de contrapartidas do jogo (impostos) dos anos de 2020 e 2021 ; 2. Reduções máximas de contrapartidas para os anos seguintes; 3. Extensão por mais 3 anos, a título gratuito, da concessão dos casinos. Não obstante este bodo, **no mesmo ano (2022) a Solverde recebeu do Banco Português de Fomento mais um financiamento de € 228.000, este com recurso a fundos europeus.**

59.

Parece haver uma **incongruência**: uma empresa que foi generosamente compensada pelo Estado português por alegadas “perdas covid”, **pode ser elegível para outro apoio, este com fundos europeus, pelo mesmo alegado motivo (COVID-19), já largamente compensado ?** Se pode, não devia.

60.

Segundo o mesmo relatório de subvenções do **Banco Português de Fomento** de 2022 (pag. 15), a COTESI, outra empresa do **Grupo Violas SGPS** foi beneficiada com uma **subvenção COVID 19, no montante de € 475.200,00. Com recurso a fundos europeus.**

https://www.bpfomento.pt/fotos/documentos/documento_divulgacao_bpf_subvencoes_publicas_2022_2420429846419db970cda8.pdf

61.

A mesma empresa **COTESI, do Grupo Violas SGPS,** recebeu **fundos PRR em 2023. E também recebeu em 2024, segundo a “Listagem dos benefícios concedidos pelo IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, IP”** no ano de 2024 IAPMEI, a **COTESI** recebeu **1.384.577,22 € em Incentivos PRR, por decisão de 19/12/24.**

<https://transparencia.gov.pt/pt/fundos-europeus/prr/beneficiarios-projetos/beneficiario/500079420/>

62.

A empresa **CLIP - Colégio Luso Internacional do Porto, SA** do **Grupo Violas SGPS**, também beneficiou de fundos PRR em 2023.

<https://transparencia.gov.pt/pt/fundos-europeus/prr/beneficiarios-projetos/beneficiario/503110175/>

63.

Outras das empresas de um grupo económico que paga avenças à empresa do PM **Spinumviva**, a **Ferpinta** e a **Ferpinta West África, SA**, também receberam fundos PRR em 2023.

https://transparencia.gov.pt/pt/fundos-europeus/prr/pesquisar/beneficiario/?inputValue=Ferpinta+&inputType=name&orderBy=relevancia%3Aasc&indicator_name=financing&intermediate_beneficiary=true&beneficiary=true&provider=true

64.

Assinale-se que a amostra acima é apenas resultado de superficial busca em fontes abertas, **não sendo, de modo nenhum, exaustiva dos fundos europeus que as empresas do Grupo Violas, SGPS, vem conseguindo obter do Estado português**, apesar de fazerem chorudos lucros com os **Casinos Solverde**. bem como de outras empresas que pagam/pagaram à empresa do PM, **Spinumviva**.

65.

Acresce que imprensa acaba de revelar que o **traçado da nova linha de comboios de Alta Velocidade foi surpreendentemente alterado, na zona de Espinho**, de forma a beneficiar uma quinta propriedade de um elemento da **família Violas**.

<https://www.cmjornal.pt/politica/detalhe/familia-violas-e-dona-de-quinta-que-pode-beneficiar-com-novo-tracado-do-tgv>

66.

Todos estes fundos europeus podem estar a ser atribuídos por movimentação das relações de influência que a **Casinos Solverde e outras empresas** conseguem obter através da **captura de agentes e decisores do Estado**. Como poderá ser o caso do actual Primeiro Ministro, Luís Montenegro, visto que a **Spinumviva** não tinha nenhuma autonomia relativamente ao seu fundador, sendo uma estrutura de fachada para continuar a actividade de advocacia/procuradoria e beneficiar dos seus proventos, ao mesmo tempo que ia desempenhando cargos políticos como presidente do PSD e como Primeiro Ministro de Portugal.

67.

No parecer do insigne constitucionalista Professor Vital Moreira, a **Spinumviva** constitui um caso de **abuso da personalidade jurídica colectiva, instrumentalizada para defraudar a regra da exclusividade** do cargo de Primeiro Ministro.

<https://causa-nossa.blogspot.com/2025/03/o-caso-montenegro-5-empresa-avatar.html>

68.

Na opinião do reputado Professor Reis Novais, constitucionalista que foi conselheiro jurídico do Presidente Jorge Sampaio, “**O Ministério Público deve colocar uma ação para destituição de Montenegro**”.

<https://www.dn.pt/pol%C3%ADtica/o-minist%C3%A9rio-p%C3%BAblico-deve-colocar-uma-a%C3%A7%C3%A3o-para-destitui%C3%A7%C3%A3o-de-montenegro>

69.

Assinale-se que, perante tão publicitadas notícias de eventuais crimes e ilegalidades, o **Ministério Público em Portugal não confirmou a abertura de qualquer inquérito**, apenas indicou estar a analisar uma “denúncia anónima”. Tudo indica que só uma **investigação europeia** pode ultrapassar a inacção e opacidade.

Conclusão:

Face a quanto precede, solicita-se uma **investigação da Procuradoria Europeia** sobre a eventual prática de **crimes de corrupção, fraude, de branqueamento de capitais e de fraude fiscal, envolvendo potencialmente fundos europeus**, fruto dos indícios de **promiscuidade e de tráfico de influências e de recebimento indevido de vantagens que a Solverde e outras empresas terão mantido em relação a agentes do Estado português, incluindo o Primeiro Ministro Luís Montenegro**.

Remetem-se todas estas informações igualmente para conhecimento do **GAFI/FATF e das autoridades nacionais e europeias de supervisão**, a fim de serem levadas em conta na próxima avaliação sobre a eficácia do **sistema nacional de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo**.

Ana Maria Rosa Martins Gomes
Embaixadora aposentada, ex-Membro do Parlamento Europeu
CC 2358818

Cópias a:

CE , BCE, PGR, PJ, UIF, SRIJ e Banco de Portugal.

